

Intervenção Precoce – o Processo de construção de boas práticas.
Resultados do Projecto apoiado pela Fundação Gulbenkian

Joaquim Gronita – Escola Superior de Saúde, do I.P. de Setúbal; Universidade Aberta

Introdução

O projecto “*Intervenção Precoce – o Processo de Construção de Boas Práticas*”, cujos resultados iremos hoje apresentar, não teria existido sem o convite que o Prof. Doutor Daniel Sampaio nos fez, sem o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian e sem a colaboração e participação de muitas outras pessoas e entidades a quem desejamos agradecer. Assim, a par do agradecimento à Fundação Calouste Gulbenkian pelo convite para participar nesta conferência, gostaria de tornar público o agradecimento da equipa do projecto ao Prof. Daniel Sampaio, pela confiança em nós depositada.

Um agradecimento muito especial a todas as famílias que aceitaram participar no estudo avaliativo e a todos os profissionais da equipa do Serviço Técnico de Intervenção Precoce (STIP) da Cercizimbra, que imediatamente aceitaram envolver-se neste projecto. Da mesma forma, o nosso obrigado ao conjunto de profissionais dos diferentes serviços da comunidade de Sesimbra que atendem as famílias acima referidas e que igualmente aceitaram participar no estudo avaliativo, disponibilizando muitas vezes do seu próprio tempo para partilhar as suas vivências e sentires, decorrentes do desempenho das suas funções profissionais.

Aos restantes “parceiros” do projecto, nomeadamente os que de seguida nomearemos, agradecemos também o interesse e a confiança que em nós depositaram, bem como o financiamento e enorme ajuda prestada.

Importa realçar que o projecto que iremos apresentar é resultado de um trabalho de uma equipa, sediada na cooperativa TorreGuía e resultado do desenvolvimento de diferentes níveis de parceria.

O primeiro desafio que nos foi colocado consistiu, precisamente, na necessidade de constituir uma parceria para a implementação do projecto, nomeadamente com o envolvimento das organizações da comunidade. Encetados diversos contactos, foi possível agrupar os primeiros parceiros do projecto: (1) a Fundação Calouste Gulbenkian - Entidade financiadora; (2) a Cooperativa TorreGuia - Entidade promotora e financiadora; (3) a Cercizimbra, nomeadamente o Serviço Técnico de Intervenção Precoce (STIP) - Entidade avaliada; (4) a Câmara Municipal de Sesimbra - Entidade financiadora; (5) e o Rotary Club de Sesimbra - Entidade financiadora.

Antes do início do projecto, ainda numa fase preparatória do mesmo, a equipa do STIP procurou identificar quais as necessidades que urgia colmatar para que aquele serviço atingisse um nível de excelência. Assim, auscultou os representantes de entidades públicas e privadas com quem articulava regularmente para proceder àquele levantamento. Conjugando as

conclusões deste levantamento com a sua própria reflexão, apresentou uma listagem de necessidades aos parceiros do projecto, cuja satisfação constituiu um ponto de partida do mesmo.

Deste modo, desde o seu início, o projecto transcendeu as dimensões frequentemente remetidas para a intervenção no âmbito da Intervenção Precoce, consubstanciando uma perspectiva ecológica e de envolvimento comunitário.

Os resultados começaram a ser coligidos logo no primeiro ano e, ao longo dos três anos de duração do projecto, foi sendo feita uma divulgação parcial à equipa avaliada e em conferências nacionais e internacionais. No entanto, este é o evento onde é feita a sua apresentação global e onde é divulgada a primeira publicação dele decorrente.

Enquadramento Teórico

Este projecto abarcou as recomendações actuais relativas aos Programas de Intervenção Precoce na Infância (IPI) e aos seus processos avaliativos. Considerou as características multifacetadas deste tipo de intervenção, nomeadamente no que respeita às características e necessidades identificadas em relação à criança, à família e à comunidade, procurando estruturar uma avaliação também assente numa multidimensionalidade de aspectos (Bailey, 2001, Gronita, Bernardo, Matos e Matos, 2006a, 2006b, Gronita, Bernardo, Pimentel, Matos e Marques, 2009, Hauser-Cram Warfield, Upshur & Weisner, 2000). Concretamente, abrange as dimensões: (1) Criança; (2) Família; (3) Recursos do programa; (4) Serviços prestados; e, numa perspectiva ecológica, envolveu Parcerias Sociais (Organizações públicas e privadas).

Desta forma, descentrou-se da criança para se focar na família (Bambring, 1996), passando a ter em conta os vários factores que influenciam o desenvolvimento da criança (Felgueiras, 1997, 2000), implicando a criação de uma rede de suporte informal e formal de apoio às famílias (Dunst, cit. Almeida, 2000, Dunst & Bruder, 2002, Flores, 1999) e reflecte uma redefinição teórica e metodológica deste tipo de práticas que caracteriza o movimento em prol da implementação da IPI em Portugal (Gronita, Bernardo, Matos e Marques, 2008, Gronita et al., 2009).

Por outro lado, o projecto teve também em atenção que as práticas e legislação portuguesas têm tido, de um modo geral, forte inspiração no modelo norte-americano, sem a conveniente avaliação da sua adequabilidade à realidade e cultura portuguesa (Bairrão e Almeida, 2002). Assim, este aspecto foi também tido em conta, uma vez que constituía recomendação para avaliações futuras (Gronita et al., 2006a, 2006b, 2008).

A dimensão comunidade aparece assim com grande importância. Com uma perspectiva holística, a IPI tem como principal objectivo contribuir para a potencialização de uma sociedade inclusiva, definindo também objectivos específicos dirigidos à própria comunidade (Gronita, 2008). Por outro lado, a interacção e o envolvimento da comunidade deverá começar logo no início na definição das ideias, na concepção dos projectos, sendo a comunidade encarada como um parceiro (Gronita, 1996).

Neste projecto, os parceiros, numa atitude de co-responsabilização, deram resposta às necessidades por si manifestadas, definindo o projecto e os seus objectivos, implementando-o e financiando-o.

Por fim, importa medir os efeitos de um programa comparando-os com as metas que este se propôs alcançar e, desta forma, contribuir para a tomada de decisões ou para melhorar a programação futura. Este é o objectivo da avaliação a que González (1993) se refere, citando Weiss (1975) e que foi tido como referência neste projecto.

Caracterização do Projecto

Pormenorizadamente, resultaram como objectivos do Projecto: (1) Consolidar e intensificar parcerias; (2) Atender um maior número de crianças/famílias; (3) Melhorar a qualidade do apoio prestado; (4) Aumentar o número de actividades de carácter preventivo; (5) Avaliar todo o processo e a construção de boas práticas.

Para este último objectivo, foram tidas em conta as recomendações sobre avaliação de programas em intervenção precoce, que a Prof. Júlia Serpa Pimentel esclarecerá de seguida, pretendendo-se assim: (1) Identificar modelos, procedimentos e respostas de qualidade, adequados à realidade e características da população atendida; (2) Contribuir para a construção de um modelo adaptado à realidade Portuguesa e para a formação em serviço dos profissionais de Intervenção Precoce; (3) Contribuir para a definição de directrizes políticas que permitam uma maior eficácia na gestão dos recursos humanos e financeiros, disponíveis para este domínio de intervenção.

Numa dialéctica promotora de desenvolvimento, o projecto foi definido, envolvendo todos os parceiros do projecto e da comunidade, inclusivamente a entidade avaliada, através da sua Direcção e da Coordenação do STIP. Ainda nesta perspectiva de envolvimento dos parceiros, e na sequência do levantamento de necessidades identificadas pelo STIP e pelos seus parceiros da comunidade, foram afectos os recursos materiais, humanos e financeiros para o pleno funcionamento da equipa de I.P., foi delineado o estudo avaliativo intrínseco ao projecto e foram programados momentos para devolução dos resultados parcelares à equipa avaliada, proporcionando a sua reflexão e mudança.

Garantir o pleno funcionamento da equipa e a sua capacidade para atingir os objectivos definidos constituiu o primeiro passo dos parceiros do projecto. Deste modo, foram eliminadas as necessidades expressas, isto é (1) compensou-se financeiramente a flexibilização do horário dos profissionais da equipa, uma vez que o horário das 9h às 17h, muitas vezes não é compatível com a disponibilidade real das famílias; (2) foram afectos mais recursos humanos - mais 3 profissionais; (3) foram afectos mais recursos materiais – diversos materiais psicopedagógicos e equipamentos audiovisuais e informáticos; (4) os profissionais tiveram acesso a diferente tipo de formação profissional; (5) e promoveu-se o estudo avaliativo intrínseco ao projecto que correspondeu essencialmente a um desejo da equipa do STIP que

necessitava de saber que procedimentos deveria manter/reforçar e quais os que deveria melhorar.

No que diz respeito ao estudo avaliativo, isto é “Avaliação do processo de construção de boas práticas” foram delineados diferentes enfoques para os objectivos de estudo: (1) as crianças; (2) famílias; (3) serviço; (4) programa; (5) e comunidade. Assim, e face a esta diversidade, importou definir diferentes métodos, instrumentos e participantes, ou seja profissionais, famílias e crianças.

Logo, o estudo avaliativo fez parte do projecto, desde a sua concepção e ao longo dos 3 anos de duração, traduzindo-se nos seus procedimentos, tais como: (1) a identificação dos participantes; (2) a definição de um cronograma de acção, com o envolvimento da coordenadora da equipa de IP; (3) a apresentação do projecto a todos os profissionais do STIP, reforçando a sua apropriação e interesse na realização do mesmo; (4) a apresentação do projecto a todos os parceiros e à comunidade, num momento posterior; (5) a elaboração de um “Guião para os profissionais de equipa do STIP” (uniformizando procedimentos dos diferentes profissionais, nomeadamente da informação passada às famílias, relativamente ao conhecimento dos objectivos do estudo e solicitando o seu consentimento informado). Procedeu-se ainda à pormenorização do design experimental do estudo.

Como já foi referido, foram vários os instrumentos utilizados e que se resumem no seguinte modo:

Quadro 1: **Instrumentos usados no estudo avaliativo**

<p>ELEMENTOS DA COMUNIDADE (Sinalizadores, Profissionais de outras equipas Instituições da comunidade, Habitantes do Concelho de Sesimbra)</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Questionários➤ Entrevistas telefónicas
<p>PROFISSIONAIS DO STIP</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Questionário de auto-avaliação➤ Entrevistas práticas recomendadas (DEC)➤ Entrevista final sobre casos atendidos
<p>FAMÍLIAS</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Entrevistas expectativas➤ Questionário satisfação

CRIANÇAS/FAMÍLIAS

- Análise documental dos processos
- Análise qualidade dos PIAF
- Observação das práticas nos diferentes contextos em que ocorrem

(13 casos - amostra de conveniência)

Nesta Conferência, não será possível a exposição pormenorizada dos dados obtidos, mas os mesmo ficarão disponíveis com as publicações que estão em preparação. Neste momento, teremos apenas oportunidade de partilhar as principais conclusões.

Resultados e Conclusões:

“O Processo de Construção de Boas Práticas” transcendeu os contextos de vida da criança e, como tal, transcendeu as dimensões criança, família, recursos e serviços prestados. Assim, consubstanciou a Intervenção Precoce numa perspectiva ecológica, envolvendo as parcerias sociais, proporcionando os recursos necessários para apoiar as famílias a lidar com as suas crianças com deficiência e/ou em situação de risco, tanto na dimensão intra-familiar como na sua relação com a comunidade.

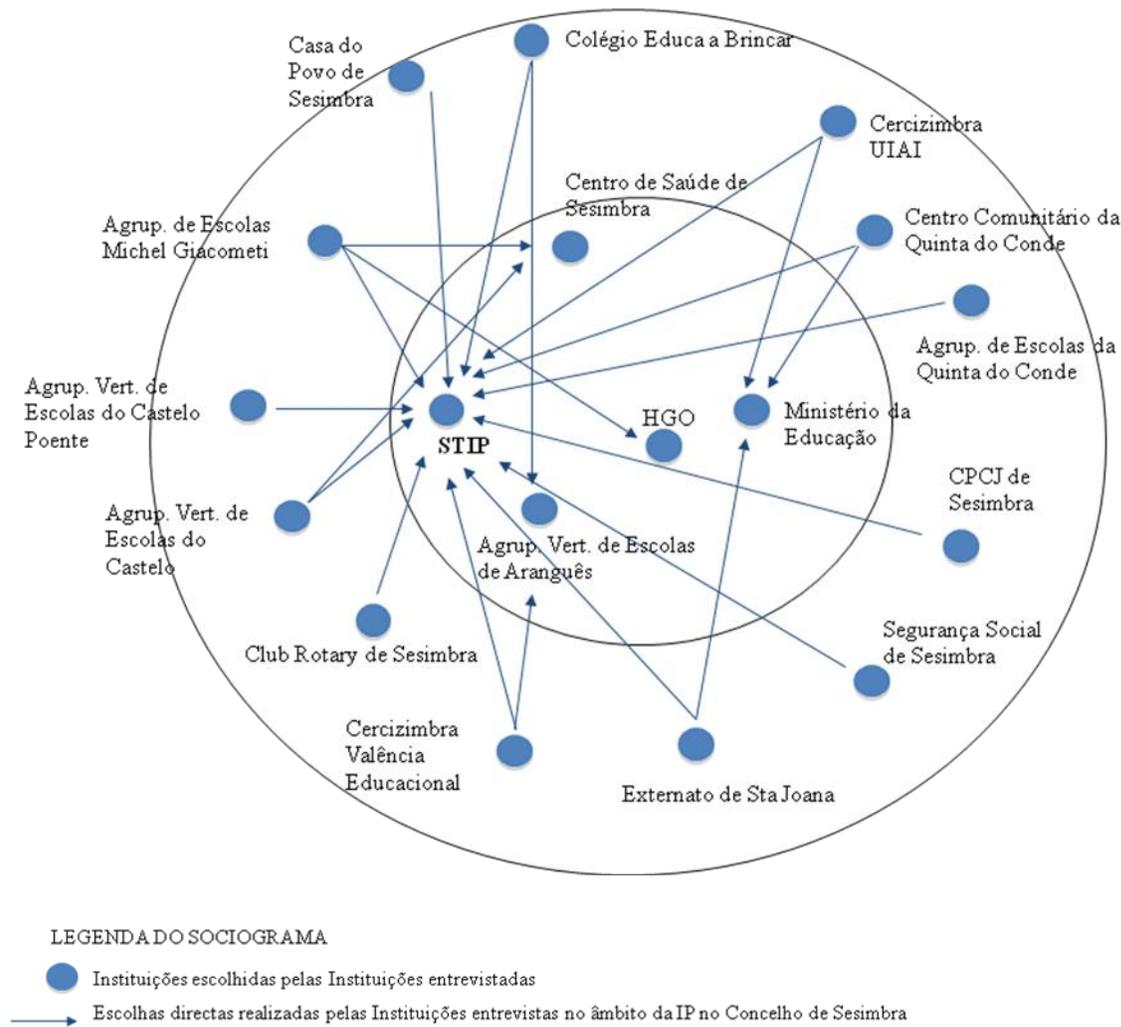
Estas parcerias proporcionaram uma intervenção de qualidade, reforçando o funcionamento de uma equipa de Intervenção Precoce, eliminando as suas necessidades expressas e viabilizando o desenvolvimento de um estudo avaliativo específico e intrínseco ao projecto.

A partilha inicial dos objectivos do estudo com a equipa avaliada e a devolução de alguns resultados parcelares ao longo do projecto parecem ter constituído factor de mudança e de promoção da qualidade da equipa e, desta forma, reforçado o processo de construção de boas práticas.

O impacto do Projecto manifestou-se muito positivo no desenvolvimento da equipa, nos seus aspectos organizativos e de funcionamento, na sua relação com a comunidade de pertença e com as crianças e famílias, em particular, identificando os procedimentos e respostas de qualidade adequados às características e cultura da população.

No que respeita ao impacto do projecto na dinâmica comunitária, poderemos considerar que se criou uma nova dinâmica, nomeadamente que foi promovida a articulação inter-institucional e que se verificou a consolidação ou estabelecimento de novas parcerias, a maior projecção do STIP junto dos parceiros sociais, o reconhecimento do seu papel centralizador para a IPI, a maior cooperação nas actividades e projectos desenvolvidos no âmbito da IPI e a contribuição para a promoção de uma comunidade mais inclusiva.

Este impacto encontra-se traduzido no sociograma que seguidamente se apresenta:



Com “O Processo de Construção de Boas Práticas”, verificou-se adequabilidade da resposta àquela realidade comunitária, o enfoque da intervenção não se limitou aos contextos educativos e após a conclusão do projecto, foi garantida a continuidade das respostas entretanto desenvolvidas.

Concluído, evidencia-se o impacto positivo do projecto (1) no desenvolvimento da equipa – profissionais (mais formação profissional, reformulação dos procedimentos – consequência da devolução dos resultados parciais, reformulação/novos instrumentos e Supervisão da dinâmica da equipa); (2) nos seus aspectos organizacionais e de funcionamento (compensação financeira pela flexibilização dos horários já existente); (3) na relação do STIP com a comunidade; (4) na melhoria da qualidade da intervenção com Crianças/Famílias (maior número de crianças/famílias atendidas, diminuição da lista de espera, diminuição do tempo de espera para o primeiro atendimento), incluindo o aumento de materiais e ajudas técnicas e adaptações; (5) na melhoria da qualidade da intervenção com a Comunidade (mais respostas

de prevenção primária, nova parceria – Serviço de Pedopsiquiatria, mais formação para profissionais parceiros da comunidade); (6) na mais-valia que os seus resultados constituem a nível nacional, nomeadamente pelo seu contributo para a identificação de práticas em Intervenção Precoce adequadas à realidade portuguesa, pela divulgação dos resultados do projecto e pelas publicações destinadas a diferentes destinatários (Famílias – “Os nossos filhos são... Diferentes. Como podem os pais lidar com uma criança com deficiência”; Profissionais – Um manual para os profissionais de saúde, educação e acção social; e o Relatório Completo).

Enfim, as conclusões e produções do Projecto constituem um contributo positivo para a Intervenção Precoce em Portugal, nomeadamente por constituírem uma referência para a formação e prática dos profissionais, para os decisores políticos e financiadores destes serviços e para as próprias famílias, clarificando e legitimando as suas expectativas face a este tipo de serviços.

Referências bibliográficas

- Almeida, I., C. (2000). Evolução das teorias e modelos de Intervenção Precoce - Caracterização de uma Prática de Qualidade. *Cadernos CEACF*, 15/16, 29-46.
- Bailey Jr., D. B. (2001). Evaluating Parent Involvement and family Support in Early Intervention and Preschool Programs. *Journal of Early Intervention*, vol. 24 (1), 1-14.
- Bairrão, J. & Almeida, I.C. (2002). *Contributos para o estudo das práticas de intervenção precoce em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Bambring, M. (1996). Introduction. In M. Bambring, H. Rauh & A. Beemann (Eds). *Early Childhood Intervention*, pp.1-8. Berlin: Walter de Gruyter.
- Dunst, C. & Bruder, M.B. (2002). Valued Outcomes of Service Coordination, Early Intervention and Natural Environments. *Exceptional Children*, vol. 68, 3, 361-375.
- Felgueiras, I. (1997). Modelos de Intervenção Precoce em crianças com necessidades educativas especiais. *Cadernos do CEACF*. Lisboa : CEACF, 13-14, 23-28.
- Felgueiras (2000). Perspectivas actuais sobre intervenção precoce : relato do simpósio 'Excellence in early childhood intervention'. *Cadernos do CEACF*. Lisboa : CEACF, 15-16.
- Flores, A. (1999). *Stress Maternal e Redes de Suporte Social - um estudo com mães de crianças com Síndrome de Down*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Motricidade humana da Universidade Técnica de Lisboa. Não publicado.
- González, A. M.; Fuertes, F. G. & García, M. M. (1993). *Psicología Comunitária*. Madrid: Visor Distribuciones.

- Gronita, J. (1996) “Intervenção Precoce: A criança e a família”. Comunicação na *Conferência Europeia "Desafios Éticos na Atendimento da Pessoa Com Deficiência Profunda"*, FENACERCI, 3163 (Online). Lisboa disponível em: <http://www.fenacerci.pt/infotec/docs/txt3163.doc>
- Gronita, J. (2008). *O Anúncio da Deficiência da Criança e suas Implicações Familiares e Psicológicas*. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, Informar nº1. Também disponível em: <http://www.inr.pt/content/1/751/colecao-informar>.
- Gronita, J., Bernardo, A., Marques, J. & Matos, C. (2006a). O Processo de construção de Boas Práticas em Intervenção Precoce. In *Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Évora.
- Gronita, J. Bernardo, A., Marques, J. & Matos, C (2006b). O processo de construção de Boas Práticas. Comunicação apresentada no Congresso Hispano-Português de Intervención en los Transtornos del Desarrollo. Santiago de Compostela.
- Gronita, J., Bernardo, A., Marques, J. & Matos, C. (2008). Relações Interpessoais em Famílias com Crianças Pequenas. Práticas em Intervenção Precoce. *Internacional Journal of Developmental Educational Psychology*, INFAD Revista de Psicologia, Ano XX (1): 43- 54.
- Gronita, J., Bernardo, A., Pimentel, J., Marques, J. & Matos, C. (2009). Community and the Process of Building Inclusive Practices in Early Intervention. Comunicação apresentada na “*International Conference Changing Practices in Inclusive Schools*” - *IRIS Conference*. Universidade de Évora. Disponível em: <http://www.ciep.uevora.pt/irisconference/docs/proceedings/Community%20and%20the%20Process%20-%20Joaquim%20Gronita.pdf>.
- Hauser-Cram, P., Warfield, M. E., Upshur, C. C. & Weisner, T. S. (2000). An Expanded View of Program Evaluation in Early Childhood Intervention in J. P Shonkoff & S. J. Meisels (Eds.) *Handbook of Early Intervention*, pp. 487-509. Cambridge: Cambridge University Press.